

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	834.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	834.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	1.878.161	1.783.444
1.01	Ativo Circulante	41.682	74.423
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.383	50.058
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.495	12.059
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.495	12.059
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	7.495	12.059
1.01.03	Contas a Receber	11.649	10.299
1.01.03.01	Clientes	11.649	10.299
1.01.03.01.01	Contas a Receber	11.644	10.254
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	5	45
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.292	835
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.749	1.055
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114	117
1.01.08.03	Outros	114	117
1.01.08.03.05	Outros Créditos	114	117
1.02	Ativo Não Circulante	1.836.479	1.709.021
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	356	337
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	356	337
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e outros	356	337
1.02.03	Imobilizado	114.814	124.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	104.878	102.048
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.936	22.170
1.02.04	Intangível	1.721.309	1.584.466
1.02.04.01	Intangíveis	1.721.309	1.584.466

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	1.878.161	1.783.444
2.01	Passivo Circulante	40.125	45.919
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.283	12.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.249	1.456
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.034	11.057
2.01.02	Fornecedores	23.862	17.321
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.849	17.298
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13	23
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.210	3.371
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.432	1.434
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.778	1.937
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.778	1.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.170	1.367
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.170	1.367
2.01.05	Outras Obrigações	1.600	11.347
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	725	683
2.01.05.02	Outros	875	10.664
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	9.807
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	841	817
2.01.05.02.07	Outras obrigações	34	40
2.02	Passivo Não Circulante	918.379	891.422
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	841.924	838.415
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	841.924	838.415
2.02.03	Tributos Diferidos	29.045	22.179
2.02.04	Provisões	47.410	30.828
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20	27
2.02.04.02	Outras Provisões	47.390	30.801
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	47.390	30.801
2.03	Patrimônio Líquido	919.657	846.103
2.03.01	Capital Social Realizado	834.000	783.000
2.03.04	Reservas de Lucros	72.910	63.103
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	12.747	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	114.256	233.372	138.790	304.008
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.043	-194.484	-119.123	-260.278
3.02.01	Custo de construção	-53.814	-105.921	-82.763	-187.708
3.02.02	Serviços	-11.741	-19.768	-6.453	-14.662
3.02.03	Custos contratuais	-3.875	-7.912	-5.343	-9.645
3.02.04	Depreciação e Amortização	-8.537	-16.060	-6.972	-13.426
3.02.05	Custo com pessoal	-8.722	-17.637	-8.971	-18.334
3.02.06	Provisão de Manutenção	-7.711	-13.927	-4.384	-7.500
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.756	-7.849	-3.304	-7.150
3.02.08	Outros	-887	-5.410	-933	-1.853
3.03	Resultado Bruto	15.213	38.888	19.667	43.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.784	-16.235	-9.077	-16.760
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.985	-16.484	-9.159	-16.809
3.04.02.01	Serviços	-3.443	-6.313	-3.556	-6.350
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.943	-3.577	-1.233	-2.394
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.412	-4.838	-3.282	-5.857
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-143	-287	-162	-306
3.04.02.05	Outros	-1.044	-1.469	-926	-1.902
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	562	644	92	165
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-361	-395	-10	-116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.429	22.653	10.590	26.970
3.06	Resultado Financeiro	-1.637	-3.040	-6.606	-12.054
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.792	19.613	3.984	14.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.772	-6.866	-1.762	-5.572
3.08.01	Corrente	375	0	0	-22
3.08.02	Diferido	-2.147	-6.866	-1.762	-5.550
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.020	12.747	2.222	9.344
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.020	12.747	2.222	9.344

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00372	0,01598	0,00329	0,01410
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00372	0,01598	0,00329	0,01410

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	3.020	12.747	2.222	9.344
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.020	12.747	2.222	9.344

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	56.885	20.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.408	52.302
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	12.747	9.344
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.866	5.550
6.01.01.03	Depreciação e amortização	19.637	15.820
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	395	116
6.01.01.05	Juros sobre financiamentos e variação monetária	37.108	37.144
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-36.143	-24.475
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	13.927	7.500
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	2.662	1.043
6.01.01.14	Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis	355	153
6.01.01.15	Constituição da Provisão p/Devedores Duvidosos	-146	1
6.01.01.16	Juros e Vari.Monet. c/Partes relacion.	0	106
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-523	-32.061
6.01.02.01	Contas a receber	-1.244	746
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	40	2
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-457	396
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outros créditos	-2.710	-2.557
6.01.02.08	Fornecedores	6.541	-28.286
6.01.02.09	Fornecedores - partes relacionadas	42	2.090
6.01.02.11	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-216	0
6.01.02.13	Imp. e Cont. a Recolher e Parc. e Prov. IR e CS	55	-1.974
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.230	-2.372
6.01.02.16	Outras contas a pagar	18	35
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-362	-141
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-106.764	-201.354
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.475	-4.709
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-108.853	-196.844
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	0	199
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	4.564	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.204	186.138
6.03.01	Integralização de Capital	51.000	112.000
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mer (captação)	-57	105.789
6.03.06	Emprést,Financiam.Debênt.Arrend. Merc.(Pag.Juros)	-33.739	-31.651
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.675	5.025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.058	19.967
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.383	24.992



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	23.000	9.807	0	0	60.807
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	23.000	0	0	0	51.000
5.04.06	Dividendos	0	0	9.807	0	0	9.807
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.747	0	12.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.747	0	12.747
5.07	Saldos Finais	834.000	0	72.910	12.747	0	919.657

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	112.000	0	0	0	0	112.000
5.04.01	Aumentos de Capital	112.000	0	0	0	0	112.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.344	0	9.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.344	0	9.344
5.07	Saldos Finais	704.000	0	31.618	9.344	0	744.962

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.01	Receitas	281.768	339.535
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	245.479	315.060
7.01.02	Outras Receitas	36.143	24.475
7.01.02.01	Juros capitalizados	36.143	24.475
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	146	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-168.552	-236.778
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.117	-32.921
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.587	-8.649
7.02.04	Outros	-119.848	-195.208
7.02.04.01	Custo de construção	-105.921	-187.708
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-13.927	-7.500
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.216	102.757
7.04	Retenções	-19.637	-15.820
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.637	-15.820
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	93.579	86.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.000	2.261
7.06.02	Receitas Financeiras	1.000	2.261
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.579	89.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.579	89.198
7.08.01	Pessoal	19.174	20.798
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.621	13.717
7.08.01.02	Benefícios	5.190	5.550
7.08.01.03	F.G.T.S.	971	1.027
7.08.01.04	Outros	392	504
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.497	20.312
7.08.02.01	Federais	15.338	13.781
7.08.02.02	Estaduais	174	164
7.08.02.03	Municipais	6.985	6.367
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.161	38.744
7.08.03.01	Juros	40.106	38.627
7.08.03.02	Aluguéis	55	117
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.747	9.344
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.747	9.344

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Abril a Junho/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T17.

#### 1.1 - Principais destaques

No 2º trimestre de 2018, a Companhia continuou a duplicação da BR 163/MS, conforme a autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e dos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA, e continuou executando as obras de restauração do pavimento.

#### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

##### Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2ºT18	2ºT17	Var. %
Receita de pedágio	64.509	59.744	8,0%
Receitas acessórias	1.684	1.611	4,5%
Receita de construção	53.814	82.763	-35,0%
Receita bruta total	120.007	144.118	-16,7%
Deduções	(5.751)	(5.328)	7,9%
Receita líquida total	114.256	138.790	-17,7%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia deverá reconhecer a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Receita e custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre esse item.

**Receita de pedágio:** A receita teve um aumento de 8,0% no 2T18 com relação ao 2T17 devido ao aumento na comercialização de grãos (soja e milho).

**Receitas acessórias:** O aumento de 4,5% no 2T18 em comparação com o 2T17 é devido aos reajustes anuais dos contratos de utilização da faixa de domínio.

**Receita de construção:** No 2T18 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2ºT18	2ºT17	Var. %
Custo de construção	53.814	82.763	-35,0%
Provisão de manutenção	7.711	4.384	75,9%
Depreciação e amortização	10.480	8.205	27,7%
Custos contratuais	3.875	5.343	-27,5%
Serviços de terceiros	15.184	10.009	51,7%
Custo com pessoal	11.134	12.253	-9,1%
Materiais, gastos gerais e outros	5.629	5.243	7,4%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>107.827</b>	<b>128.200</b>	<b>-15,9%</b>

Os custos e as despesas totais reduziram 15,9% no 2T18 em relação ao 2T17, alcançando o valor de R\$ 107.827 mil, em função da redução do fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento e pagamento de franquias de seguro que não ocorreram.

**Custo de construção:** No 2T18 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu um aumento de 75,9% no 2T18, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** No 2T18 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2017 e 2018, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 27,7% em depreciação e amortização.

**Custos contratuais:** Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

A redução de 27,5% nos custos contratuais decorreu principalmente em função do pagamento de franquias de seguro que não ocorreram no 2T18.

**Serviços de terceiros:** Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. O aumento de 51,7% do valor no 2T18 em relação ao 2T17 ocorreu devido aos serviços de conservação do pavimento.

**Materiais, gastos gerais e outros:** Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram aumento de 7,4% devido aos materiais de conservação do pavimento.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2ºT18	2ºT17	Var. %
Lucro líquido	3.020	2.222	35,9%
(+) IR/CS	1.772	1.762	0,6%
(+) Resultado financeiro	1.637	6.606	-75,2%
(+) Depreciação e amortização	10.480	8.205	27,7%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>16.909</b>	<b>18.795</b>	<b>-10,0%</b>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>14,80%</i>	<i>16,45%</i>	<i>-2 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2ºT18	2ºT17	Var. %
Lucro líquido	3.020	2.222	35,9%
(+) IR/CS	1.772	1.762	0,6%
(+) Resultado financeiro	1.637	6.606	-75,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>6.429</b>	<b>10.590</b>	<b>-39,3%</b>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>5,63%</i>	<i>7,63%</i>	<i>-2 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

### Resultado financeiro líquido

	2ºT18	2ºT17	Var. %
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.998)</b>	<b>(7.841)</b>	<b>-74,5%</b>
Juros sobre financiamentos	(17.288)	(17.139)	0,9%
Varição monetária sobre empréstimos	(1.232)	(2.045)	-39,8%
Capitalização de custo dos empréstimos	18.180	12.286	48,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.658)	(943)	75,8%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>361</b>	<b>1.235</b>	<b>-70,8%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	338	766	-55,9%
Juros e outras receitas financeiras	23	469	-95,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.637)</b>	<b>(6.606)</b>	<b>-75,2%</b>

No 2T18 a capitalização de custo dos empréstimos reduziram 48,0% devido a redução do fluxo de obras, com o nível de obras menor a Companhia não capitaliza integralmente os juros do financiamento.

## 2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

### Obras em andamento durante o 2º. Trimestre de 2018:

- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
  - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
  - Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.
- AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO
  - Duplicação dos seguintes trechos:

## Comentário do Desempenho

Km 23,150 ao km 28,530  
 Km 95,520 ao km 104,500  
 Km 369,000 ao km 374,000  
 Km 374,000 ao km 380,000  
 Km 502,160 ao km 511,650  
 Km 607,300 ao km 610,000  
 Km 626,210 ao km 628,460  
 Km 647,120 ao km 650,300  
 Km 688,170 ao km 693,355  
 Km 840,567 ao Km 845,340

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Nesse período houve uma redução no número total de acidentes (12%), destacando-se os acidentes sem vítimas e acidentes com mortos que registraram queda de 29% e 25%, respectivamente, (2T18 x 2T17). Esse resultado é consequência direta de todas as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis a ocorrência de acidentes e propõe os planos de ação. Na BR-163/MS, a Concessionária desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea), do pavimento com operações de tapa buraco e execução de panos, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também acabam recebendo mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

<b>Total de Acidentes (CCR MSVia)</b>	<b>2ºT18</b>	<b>2ºT17</b>	<b>Var. %</b>
Total acidentes	358	408	-12%
Acidentes sem vítimas	184	259	-29%
Acidentes com mortos	6	8	-25%
Número de mortos	6	10	-40%

### 4. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

##### a) Constituição e objetivo:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.



## Notas Explicativas

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram captados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

### Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora final e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela sua controladora final CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora final CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora final CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora final CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora final CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Companhia,

## Notas Explicativas

respondendo à Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Companhia, foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846/13 e, se fatos conexos forem revelados, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações contábeis intermediárias.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora final CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

b) Outras informações relevantes:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a MSVia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a MSVia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da MSVia que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência. Aguarda-se decisão do juiz acerca das manifestações apresentadas.

## Notas Explicativas

### ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à MSVia, ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela MSVia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à concessionária.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União, para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 28 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a MSVia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a MSVia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações contábeis intermediárias das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

## 2. Apresentação da ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 09 de agosto de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

#### CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

#### CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

##### *i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.254	10.254
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	45	45

##### *ii. Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com

## Notas Explicativas

base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	7.634	10.298
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>9.749</u>	<u>39.760</u>
	<u>17.383</u>	<u>50.058</u>
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>7.495</u>	<u>12.059</u>
	<u>7.495</u>	<u>12.059</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 99,37% do CDI, equivalente a 6,51 % ao ano (99,51% do CDI, equivalente a 9,85% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

### 7. Contas a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	684	828
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>11.113</u>	<u>9.725</u>
	<u>11.797</u>	<u>10.553</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(153)</u>	<u>(299)</u>
	<u>11.644</u>	<u>10.254</u>

### Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Crédito a vencer	11.627	10.064
Créditos vencidos até 60 dias	17	188
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	148	3
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>5</u>	<u>296</u>
	<u>11.797</u>	<u>10.553</u>

## Notas Explicativas

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.792	19.613	3.984	14.916
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.629)	(6.668)	(1.355)	(5.071)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Incentivo relativo ao imposto de renda	(40)	-	-	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(87)	(174)	(382)	(465)
Despesas indedutíveis	(7)	(21)	(10)	(19)
Outros ajustes tributários	(9)	(3)	(15)	(17)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(1.772)	(6.866)	(1.762)	(5.572)
Impostos correntes	375	-	-	(22)
Impostos diferidos	(2.147)	(6.866)	(1.762)	(5.550)
	(1.772)	(6.866)	(1.762)	(5.572)
Alíquota efetiva de impostos	36,98%	35,01%	44,23%	37,36%

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2017	Saldo em 30/06/2018			
		Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.522	(891)	631	631	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	535	(50)	485	485	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	9	(2)	7	7	-
Constituição da provisão de manutenção	10.473	5.639	16.112	16.112	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(34.718)	(11.601)	(46.319)	17.349	(63.668)
Outros	-	39	39	39	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(22.179)	(6.866)	(29.045)	34.623	(63.668)
Compensação de imposto	-	-	-	(34.623)	34.623
Imposto líquido ativo (passivo)	(22.179)	(6.866)	(29.045)	-	(29.045)

## Notas Explicativas

	31/12/2016	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/06/2017		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	3.644	3.644	3.644	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.557	(796)	761	761	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	534	-	534	534	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	4	4	4	-
Constituição da provisão de manutenção	3.740	2.904	6.644	6.644	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(5.703)	(11.319)	(17.022)	18.947	(35.969)
Outros	(13)	13	-	-	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	115	(5.550)	(5.435)	30.534	(35.969)
Compensação de imposto	-	-	-	(30.534)	30.534
Imposto líquido ativo (passivo)	115	(5.550)	(5.435)	-	(5.435)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/01/2018 a 30/06/2018	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
<b>Controladora</b>				
CCR S.A.	877 (a)	-	1.754 (a)	-
CPC	1.266 (b)	111 (b)	2.531 (b)	222 (b)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Intercement Brasil S.A.	-	628 (d)	-	708 (d)
Total, 30 de junho de 2018			4.285	930
Total, 01 de abril de 2018 a 30 de junho 2018	2.143	739		

  

	Transações					
	01/04/2017 a 30/06/2017			01/01/2017 a 30/06/2017		
	Serviços prestados	Intangível	Despesas Financeiras	Serviços prestados	Intangível	Despesas Financeiras
<b>Controladora</b>						
CCR S.A.	874 (a)	-	19 (a)	1.748 (a)	-	19 (a)
CPC	1.089 (b)	209 (b)	87 (b)	2.179 (b)	419 (b)	87 (b)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
Intercement Brasil S.A.	-	1.366 (d)	-	-	4.400 (d)	-
Total, 30 de junho de 2017				3.927	4.819	106
Total, 01 de abril de 2017 a 30 de junho 2017	1.963	1.575	106			

**Notas Explicativas**

	Saldos			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>				
CCR S.A.	-	274	-	273 (a)
CPC	1 (b)	449 (b)	2 (b)	406 (b)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	3 (c)	-
RodoNorte	-	-	6 (c)	-
AutoBAn	2 (c)	2 (c)	19 (c)	-
SPVias	-	-	2 (c)	-
Metrô Bahia	-	-	13 (c)	4 (c)
ViaOeste	2 (c)	- (c)	-	-
Total circulante	<u>5</u>	<u>725</u>	<u>45</u>	<u>683</u>
Total	<u>5</u>	<u>725</u>	<u>45</u>	<u>683</u>

**Despesas com profissionais chaves da administração**

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Remuneração: (e)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	627	1.272	873	1.734
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	347	332	664
Complemento de PPR pago no ano	-	-	1.196	1.196
Previdência privada	5	9	4	9
Seguro de vida	1	2	1	3
	<u>633</u>	<u>1.630</u>	<u>2.406</u>	<u>3.606</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	30/06/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (e)	526	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.



## Notas Explicativas

### 10. Ativo Imobilizado

#### Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	
Móveis e utensílios	1.370	-	(1)	2	1.371
Máquinas e equipamentos	67.705	-	(154)	12.218	79.769
Veículos	22.345	-	(1.170)	728	21.903
Instalações e edificações	296	-	-	-	296
Terrenos	828	-	-	-	828
Sistemas operacionais	45.720	-	(14)	682	46.388
Imobilizações em andamento	22.170	3.159	-	(15.393)	9.936
	<u>160.434</u>	<u>3.159</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>160.491</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 684 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.139 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no trimestre foi de 0,66% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) e de 0,64% a.m. no 2º trimestre de 2017.

#### Movimentação da depreciação

	<u>Taxa média anual de depreciação %</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>		<u>Saldo final</u>
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	
Móveis e utensílios	10	(242)	(69)	-	(311)
Máquinas e equipamentos	13	(11.504)	(5.121)	47	(16.578)
Veículos	25	(14.989)	(2.698)	894	(16.793)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	10	(9.185)	(2.517)	3	(11.699)
		<u>(36.216)</u>	<u>(10.405)</u>	<u>944</u>	<u>(45.677)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Ativo 100% depreciado.

### 11. Intangível

#### Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>		<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências (a)</u>	
Direitos de exploração da infraestrutura	1.600.524	144.312	1.221	1.746.057
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.589	-	542	9.131
	<u>1.609.113</u>	<u>144.312</u>	<u>1.763</u>	<u>1.755.188</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.459 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 23.336 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foi de 0,66% a.m. e 0,64% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017	30/06/2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(21.670)	(8.347)	(30.017)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.977)	(885)	(3.862)
		<u>(24.647)</u>	<u>(9.232)</u>	<u>(33.879)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

## 12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2018	Vencimento Final	30/06/2018	31/12/2017
<b>Em moeda nacional</b>							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	14.610	Março de 2039	664.716	662.088 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1872% (a)	2.534	2.246	Março de 2039	126.942	126.515 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.373	Março de 2039	51.436	51.179 (b) (c)
<b>Total geral</b>				<u>19.229</u>		<u>843.094</u>	<u>839.782</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						2.761	2.936
Custos de transação						<u>(1.591)</u>	<u>(1.569)</u>
						<u>1.170</u>	<u>1.367</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						859.562	856.806
Custos de transação						<u>(17.638)</u>	<u>(18.391)</u>
						<u>841.924</u>	<u>838.415</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

### Garantias:

(b) 100% aval/ fiança corporativa da CCR

(c) Garantia real.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2018</u>
2020	44.677
2021	44.651
2022	44.651
2023 em diante	<u>725.583</u>
	<u>859.562</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2018, não ocorreu nenhuma operação.

## Notas Explicativas

Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

### 13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2017		30/06/2018			Total
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis	-	285	-	(286)	4	3
Trabalhistas	27	82	(5)	(76)	(11)	17
Total	27	367	(5)	(362)	(7)	20

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2018	30/06/2017
Cíveis e administrativos	361	31
Trabalhistas e previdenciárias	11	73
	372	104

### 14. Provisão de manutenção

	31/12/2017	30/06/2018		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
Não circulante	30.801	13.927	2.662	47.390

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

### 15. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 19 de janeiro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a prorrogação da integralização de capital social, no montante de R\$ 23.000 a qual ocorreu em 05 de março de 2018.

## Notas Explicativas

Em 06 de abril de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a reversão total da provisão de dividendos a pagar no montante de R\$ 9.807, dada a necessidade de realização de elevado investimento nos próximos anos.

Em 16 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 28.000, mediante a emissão de 28.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 834.000, dividido em 834.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

### b. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido	3.020	12.747	2.222	9.344
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações (em milhares)	811.846	797.867	676.308	662.508
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	0,00372	0,01598	0,00329	0,01410

### 16. Receitas

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas de pedágio	64.509	136.264	59.744	124.158
Receitas de construção (ICPC 01)	53.814	105.921	82.763	187.708
Receitas acessórias	1.684	3.294	1.611	3.194
<b>Receita bruta</b>	120.007	245.479	144.118	315.060
Impostos sobre receitas	(5.733)	(12.079)	(5.312)	(11.018)
Devoluções e abatimentos	(18)	(28)	(16)	(34)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	(5.751)	(12.107)	(5.328)	(11.052)
<b>Receita líquida</b>	114.256	233.372	138.790	304.008

### 17. Resultado financeiro

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(17.288)	(34.352)	(17.139)	(32.399)
Variação monetária sobre financiamentos	(1.232)	(2.756)	(2.045)	(4.745)
Juros e variações monetárias c/ partes relacionadas	-	-	(106)	(106)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.463)	(2.662)	(596)	(1.043)
Capitalização de custos dos financiamentos	18.180	36.143	12.286	24.475
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(195)	(413)	(241)	(497)
	(1.998)	(4.040)	(7.841)	(14.315)
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	338	963	766	1.770
Juros e outras receitas financeiras	23	37	469	491
	361	1.000	1.235	2.261
<b>Resultado financeiro líquido</b>	(1.637)	(3.040)	(6.606)	(12.054)

## Notas Explicativas

### 18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	17.244	-	-	51.819	-	-
Contas a receber	-	11.644	-	-	10.254	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	5	-	-	45	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(843.094)	-	-	(839.782)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.737)	-	-	(18.178)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(725)	-	-	(683)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(9.807)	-	-	(9.807)
<b>Total</b>	<b>17.244</b>	<b>11.649</b>	<b>(878.363)</b>	<b>51.819</b>	<b>10.299</b>	<b>(868.450)</b>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundo de investimento estão valorizadas pelo valor da cota de fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	17.244	51.819

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

## Notas Explicativas

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	679.326	(60.302)	(71.940)	(83.580)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	53.809	(4.777)	(5.698)	(6.620)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	129.188	(11.468)	(13.681)	(15.894)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (4)		11	-	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		12.042	792	991	1.189
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		5.191	348	435	523
				<u>(75.407)</u>	<u>(89.893)</u>	<u>(104.382)</u>

As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:

TJLP <sup>(2)</sup>	6,75%	8,44%	10,13%
CDI <sup>(3)</sup>	6,39%	7,99%	9,59%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pela CETIP;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2018, quando estes não influenciam nos cálculos dos efeitos posteriores.

## Notas Explicativas

### 19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>4.316.758</u>	<u>4.410.718</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 20. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

#### b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(839.782)	(783.000)	(1.622.782)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Integralização de capital	-	(51.000)	(51.000)
Captações (líquidas dos custos de transação)	57	-	57
Pagamentos de principal e juros	<u>33.739</u>	-	<u>33.739</u>
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	33.796	(51.000)	(17.204)
<b>Outras variações</b>			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	<u>(37.108)</u>	-	<u>(37.108)</u>
<b>Total das outras variações</b>	(37.108)	-	(37.108)
Saldo Final	<u>(843.094)</u>	<u>(834.000)</u>	<u>(1.677.094)</u>

### 21. Eventos subsequentes

- Aumento de capital**

Em 10 de julho de 2018, foi integralizado o montante de R\$ 6.000, relativo a capital, do qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de junho de 2018.

Em 26 de julho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o montante de R\$ 8.000, aumento de capital a serem totalmente subscritas e integralizadas até 30 de julho de 2018.

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Revisão contratual extraordinária

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 (ii) às informações trimestrais, que descreve que após a Companhia não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. O juiz proferiu decisão determinando que a ANTT não aplique qualquer tipo de penalidade contra a Companhia, estando o processo em fase de instrução. Com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia avalia que o desfecho do mérito será favorável. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

Ênfase - Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações trimestrais e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado



As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Campo Grande/MS, 09 de agosto de 2018.

---

ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Campo Grande/MS, 09 de agosto de 2018.

---

ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA